



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CCJ
(ao PLP 68/2024)

O art. 93 do PLP nº 68, de 2024, passa a vigorar acrescido dos §§ 7º e 8º a seguir, e o art. 494 do PLP nº 68, de 2024, passa a alterar o art. 24 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a seguinte redação:

“Art. 93.....

.....

§ 7º As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional poderão aderir ao regime de que trata o *caput*, ressalvado o *caput* do art. 24 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 8º O regime de que trata este artigo não se aplica às mercadorias e serviços adquiridos no mercado interno de microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.” (NR)

“Art. 494.....

.....

“Art. 24.....

.....

§ 3º O disposto no *caput* deste artigo não veda a aplicação dos regimes previstos, respectivamente, no art. 12 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, no art. 31 da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e no inciso I do art. 78 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966.



§ 4º Os regimes de que trata o § 3º deste artigo não se aplicam às mercadorias e serviços adquiridos no mercado interno de microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.” (NR)

.....

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda aumenta a competitividade das empresas optantes pelo Simples Nacional e confere isonomia em relação às demais empresas que podem ser beneficiárias dos regimes de aperfeiçoamento, com especial destaque para o *Drawback*, com o incremento das exportações e melhora da balança comercial.

Esses regimes desoneram as importações e aquisições no mercado interno de insumos (mercadorias e serviços) destinados à industrialização e posterior exportação de produtos.

A Constituição Federal determina que lei complementar defina tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte (art. 146, III, d). Esse direito constitucional impede, no mínimo, que as grandes empresas tenham tratamento mais favorável que as microempresas e as de pequeno porte, que é o que ocorre atualmente em se tratando do *Drawback*.

Esse racional de tratamento mais benéfico para as menores empresas é reforçado pelo art. 197 da Constituição Federal que estabelece que a “*União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei*”.

A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, que regula o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos



pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), veda, em seu art. 24, a utilização ou destinação de valores a título de incentivo fiscal.

O dispositivo foi mal interpretado pelo Fisco desde a sua entrada em vigor, visto que prevaleceu o entendimento restrito de que as microempresas (MEs) e empresas de pequeno porte (EPPs) optantes pelo Simples Nacional não podem ser beneficiárias de regimes especiais destinados a incentivar a exportação.

A interpretação incorreta foi mitigada pela Portaria Conjunta SECINT/RFB nº 76, de 9 de setembro de 2022, em que os órgãos do então Ministério da Economia reconheceram, ao menos parcialmente, a possibilidade de optantes pelo Simples Nacional adquirirem insumos ao final desonerados pelos Regimes de *Drawback* suspensão e isenção.

A emenda que ora apresentamos, em face das alterações nesses regimes, agora denominados de regimes de aperfeiçoamento, visa ajustar preventivamente futuro entendimento da Administração Tributária que tenderá a cometer o mesmo equívoco, caso a redação permaneça como se encontra.

Não há incompatibilidade do *Drawback* com o Simples Nacional, nem com os futuros regimes de aperfeiçoamento, visto que os incentivos em referência não impactam o recolhimento tributário unificado pelas MEs e EPPs na condição de adquirentes de insumos desonerados. É perfeitamente possível que essas empresas sejam optantes do Simples Nacional e importem ou adquiram bens e serviços no mercado interno para posterior exportação, albergados pelo incentivo do *Drawback* ou de aperfeiçoamento.

O que não é possível é que essas mesmas empresas, na qualidade de fornecedoras de mercadorias no mercado interno, alienem produtos e serviços com a desoneração prevista no *Drawback* e nos demais regimes de aperfeiçoamento, pois isso desnaturaria o recolhimento unificado na sistemática do Simples Nacional. Seria necessário segregar a apuração de diversos tributos abrangidos por este Regime, o que não é recomendável.

Por isso, inserimos o § 8º no art. 93 do PLP nº 68, de 2024, e o § 4º no art. 24 da Lei Complementar nº 123, de 2006, para deixar claro que não haverá desoneração se a empresa fornecedora for optante do Simples Nacional.



Além disso, destacamos a previsão, no § 7º do art. 93 do PLP nº 68, de 2024, e no novel § 3º do art. 24 da referida Lei Complementar, que as MEs e EPPs optantes pelo Simples Nacional também poderão tomar serviços com suspensão dos tributos incidentes na importação ou aquisição no mercado interno.

Entendemos, dessa forma, que a emenda, caso aprovada, conferirá segurança jurídica às empresas beneficiárias do Simples Nacional, que importem ou adquiram produtos desonerados pelo *Drawback* e pelos demais regimes de aperfeiçoamento.

Além disso, ampliará o alcance desses incentivos, seja em relação às modalidades do incentivo, seja quanto à aquisição no mercado interno ou à importação, de forma combinada ou não, de bens e serviço direta e exclusivamente vinculado à exportação ou entrega no exterior de produto resultante da utilização do *Drawback* e dos demais regimes de aperfeiçoamento.

Para fins de atendimento do art. 113 do ADCT da Constituição Federal, que estabelece que “a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”, calculamos uma previsão de aproximadamente R\$ 230 milhões no primeiro ano, R\$ 241 milhões no segundo ano e R\$ 253 milhões no terceiro ano, utilizando uma estatística conservadora de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Em se tratando de responsabilidade fiscal, quanto às modalidades de *Drawback* contempladas na Portaria Conjunta SECINT/RFB nº 76/22, não haverá nova renúncia fiscal, e quanto às demais modalidades *Drawback* ali não incluídas, aplica-se o dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias que dispensa do atendimento de medidas compensatórias, ou de demonstração de ausência de prejuízo às metas de resultados fiscais, a proposição legislativa que reduza receita, cujo impacto seja de até um milésimo por cento da receita corrente líquida realizada no exercício, que é o caso.

Ademais, a cláusula de vigência está prevista para 1º de janeiro de 2027, conforme o art. 515, II, devendo vir contemplada na LDO e na LOA dos



respectivos exercícios, o que atende plenamente a todas as normas orçamentárias e financeiras.

Pelo exposto, conto com o apoio do relator e dos demais nobres Senadores para a aprovação desta emenda, em razão da importância da presente iniciativa e estando seguro do acerto de mudança legal que faça justiça às microempresas e às empresas de pequeno porte.

Sala da comissão, 2 de outubro de 2024.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)



Assinado eletronicamente, por Sen. Mecias de Jesus

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9580841403>